



Documento Assinado Digitalmente por: **MARCELO HENRIQUE DE ARAUJO SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAUJO**
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 39930808-4664-43E1-9dbd-063A0009B4466

Balanço Orçamentário do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas

BOM

2021

Publicado em março de 2022





Documento Assinado Digitalmente por: **MACLENNER REIREIR DE ORRRESIDOC SANTOS, FABIO QUEIROZ ABRAGNO**
Acesse em: <https://stc.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 39980888-406d-48fa-8dbd-408200000000

BOM **Balanco Orçamentário do Município**

2021 **Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Órgão Central de Contabilidade Municipal

Publicado em março de 2022





APRESENTAÇÃO

O Balanço Orçamentário do Município (BOM), foi elaborado em conformidade com o Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 438/2012, e orientações determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional através da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877/2018, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07.

Os fenômenos de natureza orçamentária que deram suporte a elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), com especial inferência da NBC TSP nº 11 e 13, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade alinhados padrão internacional definido pelo *International Federation of Accountants (IFAC)*.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185 de 27 de maio de 2010. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com suporte orientativo do Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Administração Municipal Ltda (CESPAM).

O Balanço Orçamentário do Município (BOM), apresenta comparativo entre as receitas previstas e as despesas realizadas com o objetivo de aferir o resultado da execução orçamentária durante o exercício. Esse outros dados são evidenciados neste balanço, como por exemplo, o excesso ou déficit de arrecadação, a economia orçamentária e informações relacionadas a restos a pagar processados e não processados.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e anexos X e XI da Resolução TCE-PE nº 147, de 01 de dezembro de 2021, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Durante o exercício de 2021 o município esteve em estado de calamidade pública, conforme Decretos Legislativos nº 06 e 09 de 2020 e 195, 198 e 202 de 2021, bem como o Decreto Estadual nº 48.833 publicado em 20 de março de 2020, prorrogado pelos Decretos Estaduais de nº 49.959, de 16 de dezembro de 2020, nº 50.900, de 25 de junho e 2021, nº 51.488, de 29 de setembro de 2021 e nº 52.050, de 22 de dezembro de 2021, decorrentes da pandemia causada pelo COVID-19. Desta forma, para melhor compreensão dos fenômenos contábeis, orçamentários e patrimoniais, alertamos o usuário da informação a possíveis mudanças bruscas de padrão e comportamento de ingressos e desembolsos de recursos neste período para efeitos comparativos e estatísticos.

O balanço de 2021, apresenta como resultado da execução orçamentária (receita arrecadada menos a despesa empenhada) o valor de R\$ 39.961.752,91 superavitário. A seguir será apresentado o balanço orçamentário na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

FÁBIO QUEIROZ ARAGÃO
Prefeito

EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS
Contadora





Documento Assinado Digitalmente por: **MACLEENHEINRIQUE DE ORRRESIDOR SANTOS, FAJIOQUEIROZ ARAGAO**
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 399808d8-4062-4471-80d1-00203000984466

BOM **Balanco Orçamentário do Município**

2021 **Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I) (Nota 1)	204.500.000,00	204.500.000,00	251.922.830,39	47.422.830,39
RECEITA TRIBUTÁRIA	23.450.000,00	23.450.000,00	32.020.293,19	8.570.293,19
Impostos	19.900.000,00	19.900.000,00	26.844.982,61	6.944.982,61
Taxas	3.500.000,00	3.500.000,00	5.175.310,58	1.675.310,58
Contribuição de Melhoria	50.000,00	50.000,00	0,00	-50.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	22.470.000,00	22.470.000,00	32.185.932,34	9.715.932,34
Contribuições Sociais	18.770.000,00	18.770.000,00	26.075.368,36	7.305.368,36
Contribuição Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	3.700.000,00	3.700.000,00	6.110.563,98	2.410.563,98
RECEITA PATRIMONIAL	4.800.000,00	4.800.000,00	4.432.963,62	-367.036,38
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	80.000,00	80.000,00	40.422,51	-39.577,49
Valores Mobiliários	4.720.000,00	4.720.000,00	4.392.541,11	-327.458,89
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	153.430.000,00	153.430.000,00	182.211.650,19	28.781.650,19
Transferências da União e de suas Entidades	79.300.000,00	79.300.000,00	95.036.869,62	15.736.869,62
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	26.130.000,00	26.130.000,00	33.274.095,48	7.144.095,48
Transferências dos Municípios e de suas Entidade	0,00	0,00	28.912,55	28.912,55
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	199.714,50	199.714,50
Transferências de Outras Instituições Públicas	48.000.000,00	48.000.000,00	53.649.044,09	5.649.044,09
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	23.013,95	23.013,95
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	350.000,00	350.000,00	1.071.991,05	721.991,05
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	400.000,00	400.000,00	2.507,24	1.107,24
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	240.000,00	240.000,00	460.871,58	220.871,58

Documento Assinado Digitalmente por: BCLLESHENNER DE OLIVEIRA DOS SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAUJO
 Acesso em: https://eic.ice.gov.br/ep/validadorDoc.seam Código do documento: 39980008-0062-4872-9000-000000000000



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBEAvenida Padre Zuzinha, 178 - Centro - 55.192-000 - Santa Cruz do Capibaribe/ PE
CNPJ: 10.091.569/0001-63Usuário: SCCapibaribe
Chave de autenticação: 1089-5579-629Página
2 / 4**Anexo 12 - Balanço Orçamentário**

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	70.000,00	70.000,00	608.522,27	538.522,27
RECEITAS DE CAPITAL (II) (Nota 2)	5.500.000,00	5.500.000,00	2.244.491,94	-3.255.508,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	0,00	-100.000,00
Alienação de Bens Móveis	100.000,00	100.000,00	0,00	-100.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.400.000,00	5.400.000,00	2.244.491,94	-3.155.508,06
Transferências da União e de suas Entidades	3.900.000,00	3.900.000,00	1.526.212,94	-2.373.787,06
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.500.000,00	1.500.000,00	718.279,00	-781.721,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	210.000.000,00	210.000.000,00	254.167.322,33	44.167.322,33
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	210.000.000,00	210.000.000,00	254.167.322,33	44.167.322,33
DÉFICIT (VI)	-----	-----	-----	-----
TOTAL (VII) = (V + VI) (Nota 3)	210.000.000,00	210.000.000,00	254.167.322,33	44.167.322,33
Saldos de Exercícios Anteriores	-----	-----	-----	-----
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-----	-----	-----	-----
Superávit Financeiro	-----	-----	-----	-----
Reabertura de Créditos Adicionais	-----	-----	-----	-----

Documento Assinado Digitalmente por: BCLLESHNBER DE FORRÁS DOS SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAGÃO
Acesse em: <https://eicfice.ree.pe.gov.br/validadoc.seam> Código do documento: 39980008-4062-4872-9d9d-4932020988466

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII) (Nota 4)	181.560.000,00	215.816.552,07	202.848.034,50	201.319.412,55	197.447.856,56	12.968.517,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	123.910.000,00	148.326.180,21	140.830.160,77	140.830.160,77	138.801.156,88	7.496.019,44
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.350.000,00	67.490.171,86	62.017.873,73	60.489.251,78	58.646.699,68	5.472.298,13
DESPESAS DE CAPITAL (IX) (Nota 5)	16.640.000,00	14.453.630,00	11.357.534,92	11.088.621,82	10.569.804,04	3.096.095,08
INVESTIMENTOS	14.540.000,00	12.474.995,00	9.506.757,54	9.237.844,44	8.719.026,66	2.968.237,46
INVERSÕES FINANCEIRAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.050.000,00	1.978.635,00	1.850.777,38	1.850.777,38	1.850.777,38	127.857,62
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	3.000.000,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	201.200.000,00	230.270.682,07	214.205.569,42	212.408.034,37	208.017.660,60	16.065.112,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	201.200.000,00	230.270.682,07	214.205.569,42	212.408.034,37	208.017.660,60	16.065.112,65
SUPERÁVIT (XIII) (Nota 7)	-----	-----	39.961.752,91	-----	-----	-----
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	201.200.000,00	230.270.682,07	254.167.322,33	212.408.034,37	208.017.660,60	-23.896.640,26
RESERVA DO RPPS	8.800.000,00	8.800.000,00	0,00	0,00	0,00	8.800.000,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Nota 8)	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f) = (a + b - d - e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	2.586,80	7.505,32	7.505,32	7.505,32	0,00	2.586,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.586,80	7.505,32	7.505,32	7.505,32	0,00	2.586,80
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Documento Assinado Digitalmente por: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
 Código de Verificação: 1089-5579-629-2021-12-31-1417-4441-4930202928486
 Acesso em: https://eic.ree.pe.gov.br/validador/validador.jsam

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

TOTAL	2.586,80	7.505,32	7.505,32	7.505,32	0,00	2.586,80
--------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-------------	-----------------

QUADRO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (Nota 9)	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e) = (a + b - c - d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	4.616.241,31	5.126.881,42	2.260.195,07	2.024.347,58	5.458.580,08
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.221.095,85	4.361.428,29	2.061.372,13	997.328,43	4.523.823,58
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.999,63	0,00	0,00	1.999,63	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.393.145,83	765.453,13	198.822,94	1.025.019,52	934.756,50
DESPESAS DE CAPITAL	208.637,59	744.359,40	713.289,40	94.294,40	145.413,19
INVESTIMENTOS	208.637,59	744.359,40	713.289,40	94.294,40	145.413,19
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.824.878,90	5.871.240,82	2.973.484,47	2.118.641,98	5.603.993,27

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe, Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe, Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz do Capibaribe, Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Cruz do Capibaribe, Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe, Regime Próprio de Previdência Social de Santa Cruz do Capibaribe, Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz do Capibaribe, SANTA CRUZ PREV

QUADRO EXPLICATIVO AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O município de Santa Cruz do Capibaribe encerrou o exercício de 2021 com o orçamento da despesa atualizada de R\$ 239.070.682,07. Um aumento de R\$ 29.070.682,07 (13,84%) em relação à previsão inicial de R\$ 210.000.000,00. Os créditos adicionais foram suportados pelo excesso de arrecadação no exercício, autorizados pela Lei Municipal nº 3.370, de 25 de novembro de 2021.

FABIO QUEIROZ
ARAGAO:02552
709419

Assinado de forma
digital por FABIO
QUEIROZ
ARAGAO:02552709
419

FABIO QUEIROZ ARAGAO

Prefeito
CPF: 025.527.094-19

EDICLEIDE FERREIRA
TORRES DOS
SANTOS:8307061342
0

Assinado de forma
digital por EDICLEIDE
FERREIRA TORRES DOS
SANTOS:83070613420

EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS

Contadora
CRC: 027067/O-9



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos X e XII da Resolução TCE-PE nº 147, de 01 de dezembro de 2021)

(ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1. Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação: Município de Santa Cruz do Capibaribe
a.2. Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
a.3. Domicílio do órgão ou entidade: Avenida Padre Zuzinha, nº 178 – Bairro: Centro – Cidade: Santa Cruz do Capibaribe – Pernambuco – CEP: 55.190-001.
a.4. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade consolidadora: A Prefeitura Municipal concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. Para tanto, em sua estrutura constam secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A Câmara de Vereadores se mantém através de transferências financeiras feitas pelo município até o dia 20 de cada mês chamado de “Duodécimo”.
a.5. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 877/2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis, NBC TSP nº 17 Demonstrações Contábeis Consolidadas. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
a.6. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis: A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, caso existam, conforme relação a seguir: <ol style="list-style-type: none">1) Câmara Municipal de Vereadores;2) Prefeitura Municipal;3) Fundo Municipal de Saúde (FMS);4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);5) Secretaria Municipal de Educação (SME);6) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUNDECA);7) Instituto de Previdência Própria dos Servidores Municipais de Santa Cruz do Capibaribe.

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do município, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Orçamentário, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.
b.2. Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes: <ul style="list-style-type: none">▪ A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.▪ O regime orçamentário utilizado foi o misto, que compreende o registro de caixa para as receitas e competência para as despesas, conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.▪ A classificação orçamentária utilizada seguiu as determinações da Portaria MPOG nº 42/99 e Portaria STN nº 163/2001.▪ O orçamento para o exercício de 2021 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento.▪ A execução deste balanço se fundamentou no período orçamentário que compreende o dia 01/01/2021 a 31/12/2021.

Documento Assinado Digitalmente por: MDCLENEHNERREIR DE ORRRESIDORR SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAGAÑO
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ep/validarDoc.aspx?CodigoDocumento=2998080-4064-4919-8db1-402607098090>

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos X e XII da Resolução TCE-PE nº 147, de 01 de dezembro de 2021)

- Em situações de utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores ao de referência, o balanço patrimonial demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.
- Nos casos de reabertura de créditos adicionais, especificamente especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, o balanço patrimonial apresentará situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.
- Para levantamento do balanço foram utilizadas as classes 5 (orçamento aprovado), grupo 2 (previsão da receita e fixação da despesa, e classe 6 (execução do orçamento), grupo 2 (realização da receita e execução da despesa).
- No quadro principal as receitas serão apresentadas por natureza. Enquanto as despesas, será utilizada a classificação funcional complementarmente à classificação por natureza.
- As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 8ª edição.
- No quadro da execução de restos a pagar não processados, foram informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência deverão compor o quadro da execução de restos a pagar processados.
- Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP, pág. 412.
- No quadro de execução de restos a pagar processados, foram informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Foram informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

b.3. Termos e Definições correlatos ao Balanço Orçamentário:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA:

Previsão Inicial

Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA. As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes a data da publicação da LOA, também integrarão os valores apresentados na coluna.

Previsão Atualizada

Demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a reestimativa da receita decorrente de, por exemplo: a) registro de excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito, ambas podendo ser utilizadas para abertura de créditos adicionais; b) criação de novas naturezas de receita não previstas na LOA; c) remanejamento entre naturezas de receita; ou d) atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas após a data da publicação da LOA. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a reestimativa da receita, a coluna Previsão Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Previsão Inicial.

Receitas Realizadas

Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária.

Receitas Correntes

Receitas Correntes são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, provocam efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido.

Receitas de Capital

Receitas de Capital são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

Operações de Crédito / Refinanciamento

Demonstra o valor da receita decorrente da emissão de títulos públicos e da obtenção de empréstimos, inclusive as destinadas ao refinanciamento da dívida pública. Os valores referentes ao refinanciamento da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às despesas com amortização da dívida e refinanciamento.

Déficit

Demonstra a diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as receitas realizadas forem superiores às despesas empenhadas, essa diferença será lançada na linha Superávit (XIII). Nesse caso, a linha Déficit (VI) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Saldos de Exercícios Anteriores

Demonstra o valor dos recursos provenientes de exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas do exercício corrente. Estão compreendidos nessa rubrica: a) Recursos arrecadados em exercícios anteriores; b) Superávit financeiro de

Documento Assinado Digitalmente por: MDCLLENHNERREIR DJ ORRESIDACANTOS, FABIO QUEIROZ ARAGAO
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/pp/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=29989898-4064-44F4-AD01-402A0009200400>

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos X e XII da Resolução TCE-PE nº 147, de 01 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: MDCLLENHERRERIR DJ ORRRESIDACANTOS, FABIO QUEIROZ ARAÇAO
Acesse em: https://tce.tce-pe.gov.br/ep/validaDoc.seam?codigo_documento=2998080-4064-41F1-adbf-402a0a09084064

exercícios anteriores; c) Créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior ao de referência e reabertos no exercício de referência Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores Demonstra os valores arrecadados em exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas de benefícios previdenciários do RPPS do exercício corrente, permitindo o equilíbrio na aprovação da Lei Orçamentária. A classificação orçamentária criada para essa finalidade é a “9990.00.00 – Recursos arrecadados em exercícios anteriores - RPPS”, que se encontra disponível na relação de naturezas de receitas, conforme estabelecido na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001. No caso do RPPS, inicialmente há mais receitas do que pagamentos de benefícios (fase de capitalização). Para que haja equilíbrio orçamentário, a diferença de valores é lançada como reserva do RPPS do lado da despesa orçamentária. Entretanto, a partir de determinado momento, é provável que haja mais despesas do que receitas, fazendo-se necessário utilizar os recursos que foram anteriormente capitalizados. Deste modo, a parcela de recursos de exercícios anteriores que será utilizada para complementar os pagamentos de aposentadorias e pensões poderão ser incluídas na previsão da receita para fins de equilíbrio orçamentário. Ressalta-se que, quando da elaboração do projeto de lei orçamentária, estes recursos arrecadados em exercícios anteriores ainda não podem ser classificados como superávit financeiro, já que este só pode ser obtido ao final do exercício. Assim, tais recursos poderão ser incluídos na coluna de previsão inicial, para fins de demonstração do equilíbrio na aprovação do orçamento. Todavia, não são passíveis de execução, por já terem sido arrecadados em exercícios anteriores. Na execução do orçamento, estes recursos serão lançados como superávit financeiro no Balanço Orçamentário na coluna de receita realizada.

Superávit Financeiro de exercícios anteriores

Conforme previsto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior constitui fonte para abertura de crédito adicional. Tais valores não são considerados na receita orçamentária do exercício de referência nem serão considerados no cálculo do déficit ou superávit orçamentário já que foram arrecadados em exercícios anteriores. Apresenta valores somente nas colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada e deverá corresponder ao valor utilizado para a abertura de créditos adicionais e valor efetivamente utilizado para o empenho de despesas, respectivamente.

Reabertura de Créditos Adicionais

Corresponde aos créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior que forem reabertos no exercício de referência, observado o saldo remanescente⁵. Somente deverão ser levados ao balanço os valores efetivamente reabertos.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Dotação Inicial

Demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA.

Dotação Atualizada

Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a atualização da despesa, a coluna Dotação Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Dotação Inicial.

Despesas Empenhadas

Demonstra os valores das despesas empenhadas no exercício, inclusive das despesas em liquidação, liquidadas ou pagas. Considera-se despesa orçamentária executada a despesa empenhada.

Despesas Liquidadas

Demonstra os valores das despesas liquidadas no exercício de referência, inclusive das despesas pagas. Não inclui os valores referentes à liquidação de restos a pagar não processados.

Despesas Pagas

Demonstra os valores das despesas pagas no exercício de referência. Não inclui os valores referentes ao pagamento de restos a pagar, processados ou não processados.

Despesas Correntes

Despesas Correntes são as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Despesas de Capital

Despesas de Capital são as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Reserva de Contingência

Reserva de Contingência é a destinação de parte das receitas orçamentárias para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos, inclusive para a abertura de créditos adicionais.

Reserva do RPPS

Reserva do RPPS é a destinação de parte das receitas orçamentárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o pagamento de aposentadorias e pensões futuras. Ressalta-se que a diferença entre a reserva do RPPS e a reserva de contingência está na subfunção, identificadas pelos códigos 997 e 999, respectivamente, conforme a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001. Ressalta-se ainda que esta rubrica se destina a evidenciar a reserva/guarda de um recurso que será utilizado para custear despesas futuras, não havendo execução de fato (empenho, liquidação ou pagamento) nesta rubrica.

Amortização da Dívida/ Refinanciamento

Demonstra o valor da despesa orçamentária decorrente do pagamento ou da transferência de outros ativos para a quitação do valor principal da dívida, inclusive de seu refinanciamento. Os valores referentes à amortização da dívida pública deverão ser segregados

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos X e XII da Resolução TCE-PE nº 147, de 01 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: MDLLENHNERREIR DJ ORRESIDAC SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAGAO
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/pp/validaDoc.seam?Codigo-do-documento=2998060-4064-419-Abdt-4020009000000>

em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às receitas com operações de crédito e refinanciamento.

Superávit

Demonstra a diferença positiva entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as despesas empenhadas forem superiores às receitas realizadas, essa diferença será lançada na linha Déficit (VI). Nesse caso, a linha Superávit (XIII) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O superávit é apresentado junto às despesas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Liquidados

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e ainda não pagos.

Pagos

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e pagos.

Cancelados

Compreende o cancelamento de restos a pagar não processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência. Ressalta-se que a parcela do saldo que tiver sido liquidada ao longo do exercício de referência será transferida para restos a pagar processados no início do exercício seguinte.

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Pagos

Compreende o valor dos restos a pagar processados pagos.

Cancelados

Compreende o cancelamento de restos a pagar processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no balanço orçamentário.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não houve julgamentos pela aplicação de políticas contábeis que interferissem no balanço orçamentário.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários.

Anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)

--

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos X e XII da Resolução TCE-PE nº 147, de 01 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: MDLCL ENHEINERREIR DJ ORRESIDAC SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAGAO
 Acesse em: https://tce.tce-pe.gov.br/cpp/vantadaDoc.seam?codigo_documento=2998086-4064-49F-4dbd-402020202020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I) (Nota 1)	204.500.000,00	204.500.000,00	251.922.830,39	47.422.830,39
RECEITA TRIBUTÁRIA	23.450.000,00	23.450.000,00	32.020.293,19	8.570.293,19
Impostos	19.900.000,00	19.900.000,00	26.844.982,61	6.944.982,61
Taxas	3.500.000,00	3.500.000,00	5.175.310,58	1.675.310,58
Contribuição de Melhoria	50.000,00	50.000,00	0,00	-50.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	22.470.000,00	22.470.000,00	32.185.932,34	9.715.932,34
Contribuições Sociais	18.770.000,00	18.770.000,00	26.075.368,36	7.305.368,36
Contribuição Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	3.700.000,00	3.700.000,00	6.110.563,98	2.410.563,98
RECEITA PATRIMONIAL	4.800.000,00	4.800.000,00	4.432.963,62	-367.036,38
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	80.000,00	80.000,00	40.422,51	-39.577,49
Valores Mobiliários	4.720.000,00	4.720.000,00	4.392.541,11	-327.458,89
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	153.430.000,00	153.430.000,00	182.211.650,19	28.781.650,19
Transferências da União e de suas Entidades	79.300.000,00	79.300.000,00	95.036.869,62	15.736.869,62
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	26.130.000,00	26.130.000,00	33.274.095,48	7.144.095,48
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	28.912,55	28.912,55
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	199.714,50	199.714,50
Transferências de Outras Instituições Públicas	48.000.000,00	48.000.000,00	53.649.044,09	5.649.044,09
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	23.013,95	23.013,95
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	350.000,00	350.000,00	1.071.991,05	721.991,05
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	40.000,00	40.000,00	2.597,20	-37.402,80
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	240.000,00	240.000,00	460.871,58	220.871,58
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	70.000,00	70.000,00	608.522,27	538.522,27
RECEITAS DE CAPITAL (II) (Nota 2)	5.500.000,00	5.500.000,00	2.244.491,94	-3.255.508,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	0,00	-100.000,00
Alienação de Bens Móveis	100.000,00	100.000,00	0,00	-100.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.400.000,00	5.400.000,00	2.244.491,94	-3.155.508,06
Transferências da União e de suas Entidades	3.900.000,00	3.900.000,00	1.526.212,94	-2.373.787,06
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.500.000,00	1.500.000,00	718.279,00	-781.721,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	210.000.000,00	210.000.000,00	254.167.322,33	44.167.322,33
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	210.000.000,00	210.000.000,00	254.167.322,33	44.167.322,33
DÉFICIT (VI)	-----	-----	-----	-----
TOTAL (VII) = (V + VI) (Nota 3)	210.000.000,00	210.000.000,00	254.167.322,33	44.167.322,33
Saldos de Exercícios Anteriores	-----	-----	-----	-----
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-----	-----	-----	-----
Superávit Financeiro	-----	-----	-----	-----
Reabertura de Créditos Adicionais	-----	-----	-----	-----

Nota 1) RECEITA CORRENTE: A previsão de arrecadação de receitas corrente da entidade para o exercício de 2021 foi de R\$ 204.500.000,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 251.922.830,39, o que representa um superávit de arrecadação corrente de R\$ 47.422.830,39.

Nota 2) RECEITA DE CAPITAL: A previsão de arrecadação de receitas de capital foi de R\$ 5.500.000,00. Foi arrecadado R\$ 2.244.491,94, o que representa um déficit de arrecadação de capital de R\$ 3.255.508,06.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos X e XII da Resolução TCE-PE nº 147, de 01 de dezembro de 2021)

Nota 3) TOTAL DAS RECEITAS: O total de receitas previstas para o exercício de 2021 conforme Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 210.000.000,00, sendo arrecadado o valor de R\$ 254.167.322,33, o que gerou excesso de arrecadação de R\$ 44.167.322,33. Desta forma, o coeficiente geral de arrecadação foi de 121,03%.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII) (Nota 4)	181.560.000,00	215.816.552,07	202.848.034,50	201.319.412,55	197.447.856,56	12.968.517,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	123.910.000,00	148.326.180,21	140.830.160,77	140.830.160,77	138.801.156,88	7.496.019,44
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.350.000,00	67.490.171,86	62.017.873,73	60.489.251,78	58.646.699,68	5.472.298,13
DESPESAS DE CAPITAL (IX) (Nota 5)	16.640.000,00	14.453.630,00	11.357.534,92	11.088.621,82	10.569.804,04	3.096.095,08
INVESTIMENTOS	14.540.000,00	12.474.995,00	9.506.757,54	9.237.844,44	8.719.026,66	2.968.237,46
INVERSÕES FINANCEIRAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.050.000,00	1.978.635,00	1.850.777,38	1.850.777,38	1.850.777,38	127.857,62
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	3.000.000,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	201.200.000,00	230.270.682,07	214.205.569,42	212.408.034,37	208.017.660,60	16.065.112,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	201.200.000,00	230.270.682,07	214.205.569,42	212.408.034,37	208.017.660,60	16.065.112,65
SUPERÁVIT (XIII) (Nota 7)			39.961.752,91			
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	201.200.000,00	230.270.682,07	254.167.322,33	212.408.034,37	208.017.660,60	-23.896.640,26
RESERVA DO RPPS	8.800.000,00	8.800.000,00	0,00	0,00	0,00	8.800.000,00

Nota 4) DESPESAS CORRENTES: As despesas correntes fixadas para o exercício de 2021 foram de R\$ 181.560.000,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 215.816.552,07, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 202.848.034,50. As liquidações totalizaram R\$ 201.319.412,55, sendo pagos o montante de R\$ 197.447.856,56, restando de economia orçamentária corrente no valor de R\$ 12.968.517,57.

Nota 5) DESPESAS DE CAPITAL: As despesas de capital fixadas somam R\$ 16.640.000,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 14.453.630,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 11.357.534,92. As liquidações totalizaram R\$ 11.088.621,82, sendo pagos o montante de R\$ 10.569.804,04, restando de economia orçamentária de capital no valor de R\$ 3.096.095,08.

Nota 6) TOTAL DAS DESPESAS: A despesa total autorizada foi de R\$ 210.000.000,00, somando-se os créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 239.070.682,07. O valor total empenhado foi de R\$ 214.205.569,42, o liquidado R\$ 212.408.034,37, e o pago R\$ 208.017.660,60. A economia orçamentária foi de R\$ 24.865.112,65. O coeficiente de execução foi de 89,60%.

Nota 7) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO: Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas (R\$ 254.167.322,33), menos as despesas empenhadas (R\$ 214.205.569,42) houve um superávit de execução orçamentária na ordem de R\$ 39.961.752,91.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Nota 8)	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f) = (a + b - d - e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
	DESPESAS CORRENTES	2.586,80				
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.586,80	7.505,32	7.505,32	7.505,32	0,00	2.586,80
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: MDCLENEHNERREIR AP ORRESIDAC SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAÇAO
 Acesse em: https://tce.tce-pe.gov.br/cp/validaDoc.seam?codigo_documento=2998060-4064-4471-4401-40200000000000000000

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos X e XII da Resolução TCE-PE nº 147, de 01 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: MDCL ESTERREIRA DE ORRIBIDA SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAGAO
 Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/ep/validarDoc.aspx?CodigoDocumento=39980840-4064-4371-9d01-4020000000000000>

TOTAL	2.586,80	7.505,32	7.505,32	7.505,32	0,00	2.586,80
QUADRO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (Nota 9)	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e) = (a + b - c - d)	
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	4.616.241,31	5.126.881,42	2.260.195,07	2.024.347,58	5.458.580,08	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.221.095,85	4.361.428,29	2.061.372,13	997.328,43	4.523.823,58	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.999,63	0,00	0,00	1.999,63	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.393.145,83	765.453,13	198.822,94	1.025.019,52	934.756,50	
DESPESAS DE CAPITAL	208.637,59	744.359,40	713.289,40	94.294,40	145.413,19	
INVESTIMENTOS	208.637,59	744.359,40	713.289,40	94.294,40	145.413,19	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	4.824.878,90	5.871.240,82	2.973.484,47	2.118.641,98	5.603.993,27	

Nota 8) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: Os restos a pagar inscritos em anos anteriores foi de R\$ 2.586,80. Os restos a pagar inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior totalizou R\$ 7.505,32. Foram liquidados no exercício o valor de R\$ 7.505,32, e pagos R\$ 7.505,32. Foram cancelados o valor de R\$ 0,00, restando de saldo o valor de R\$ 2.586,80.

Nota 9) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 4.824.878,90, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 5.871.240,82. Desde montante foram pagos R\$ 2.973.484,47 e cancelados R\$ 2.118.641,98, restando de saldo a pagar R\$ 5.603.993,27.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

d.2.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

e) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 147/2021 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

e.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

e.2.Detalhamento das receitas e despesas intra-orçamentárias em quadros complementares seguindo o modelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN:

Anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021
(REQUISITOS MÍNIMOS DO ANEXO XI)
RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receita Realizada (c)	Saldo a Realizar (d) = (c – b)
--------------------------------	----------------------	----------------------------	--------------------------	--------------------------------------

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos X e XII da Resolução TCE-PE nº 147, de 01 de dezembro de 2021)

Receitas Correntes	9.860.000,00	9.860.000,00	18.543.030,60	-8.683.030,60
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.860.000,00	9.860.000,00	18.543.030,60	-8.683.030,60

Foi previsto arrecadar com receitas intra-orçamentárias o valor de R\$ 9.860.000,00. Houve arrecadação de R\$ 18.543.030,60, o que gerou um excesso de arrecadação de R\$ 8.683.030,60.

DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i) = (e - f)
Despesas Correntes	9.860.000,00	19.470.774,00	19.307.435,76	19.307.435,76	18.050.789,36	163.338,24
Despesas de Capital	0,00	300.000,00	172.142,64	172.142,64	172.142,64	127.857,36
TOTAL	9.860.000,00	19.770.774,00	19.479.578,40	19.479.578,40	18.222.932,00	291.195,60

As despesas intra-orçamentárias fixadas no orçamento foram de R\$ 9.860.000,00. Após a abertura de créditos adicionais houve autorização no valor de R\$ 19.770.774,00. Destas autorizações orçamentárias foi empenhado o valor de R\$ 19.479.578,40, liquidado o valor de R\$ 19.479.578,40 e pago o valor de R\$ 18.222.932,00, resultando numa economia orçamentária das despesas intra-orçamentárias de R\$ 291.195,60.

e.3. Detalhamento das Despesas Executadas por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário) conforme Anexo XVII da Resolução TCE-PE nº 147/2021:

Resolução TC nº 147, de 01 de dezembro de 2021
ANEXO XVII
TIPOS DE CRÉDITO

Tipos de Crédito	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesa Empenhada (f)	Despesa Liquidada (g)	Despesa Paga (h)	Saldo da Dotação (i) = (e - f)
Inicial/Suplementar	210.000.000,00	231.601.983,77	207.265.913,69	205.468.378,64	201.144.604,87	24.336.070,08
Especiais		7.378.000,00	6.851.257,58	6.851.257,58	6.784.657,58	526.742,42
Extraordinários		90.698,30	88.398,15	88.398,15	88.398,15	2.300,15
Total	210.000.000,00	239.070.682,07	214.205.569,42	212.408.034,37	208.017.660,60	24.865.112,65

e.4. Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários:

Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2020.

e.5. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA:

Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo que justifique alteração da previsão atualizada da receita.

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receita Realizada (c)	Saldo a Realizar (d) = (c - b)
Receitas Correntes		0,00		
Receitas de Capital		0,00		
TOTAL		0,00		

e.6. Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados:

Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP, pág. 412.

e.7. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente:

DETALHAMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS VINDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Fonte	Valor (R\$)
Recursos Ordinários - 0.1.00	547.236,04
Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União - 0.1.34	5.445.045,47

Documento Assinado Digitalmente por: MDCLENE FERREIRA AP. Q. PRESIDENTE DOS JUÍZES. FABIO QUEIROZ ARAGAO
 Acesse em: https://tce.pe.gov.br/ppi/validar_documento.asp?codigo_documento=3580808-4064-4373-3db1-102070970000

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos X e XII da Resolução TCE-PE nº 147, de 01 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: MDLLENHEINRIQUE DE ORESBIDACANTOS, FABIO QUEIROZ ARAUJO
 Acesse em: https://tce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam Código do documento: 39980866-2021-487-4dbd-403600000000000000

Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Estados - 0.1.64	31.453,91
Transferências do FUNDEB - Destinação 60% - 0.1.18	231.017,44
Transferência do Salário-Educação - 0.1.36	142.866,40
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – 0.1.43	114.482,94
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) – 0.1.44	16.137,23
Outras Transferências de Recursos do FNDE - 0.1.37	2.411.110,71
Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Educação - 0.1.3	22.010,48
Outros Recursos Vinculados à Educação - 0.1.37	541,17
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - 0.1.02	194.271,26
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – 0.1.38	46.782,33
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual – 0.1.67	2.983,32
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde – 0.1.38	2.261.156,44
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - 0.1.35	719.485,02
Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Estados - 0.1.64	240.576,44
Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União - 0.1.34	280.652,61
Recursos vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário - Poder Executivo Municipal – 0.1.3	68.618.320,72

As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2020 foram de R\$ 81.326.129,93. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios foram utilizados para realização de despesas orçamentárias do exercício corrente enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria.

e.8. Superávit ou déficit orçamentário decorrente do RPPS:

Não houve registro de operações intra-orçamentárias.

e.9. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário:

As transferências financeiras concedidas somam R\$ 66.777.232,61. Enquanto as recebidas somam R\$ 66.777.232,61.

e.10. Conciliação com os Valores dos Fluxos de Caixa Líquidos das Atividades Operacionais, de Investimentos e Financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa:

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	348.015.584,26	291.814.486,36
Receita tributária	32.020.293,19	22.169.888,78
Receita de contribuições	13.642.901,74	25.469.521,64
Receita de patrimonial	50.100,80	2.335.217,06
Receita agropecuária	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00
Receita de serviços	0,00	0,00
Remuneração das disponibilidades	4.382.862,82	0,00
Outras receitas derivadas e originárias	1.071.991,05	973.507,69
Transferências recebidas	202.999.172,73	211.540.705,99
Outros ingressos operacionais	93.848.261,93	29.325.645,20
Desembolsos	295.321.389,81	276.384.944,10
Pessoal e demais despesas	181.612.067,59	180.041.182,43
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00
Transferências concedidas	18.275.632,00	57.934.985,12
Outros desembolsos operacionais	95.433.690,22	38.408.776,55
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	52.694.194,45	15.429.542,26

As atividades operacionais geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ 52.694.194,45.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos X e XII da Resolução TCE-PE nº 147, de 01 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: MARCELO FERREIRA DE OLIVEIRA - FÁBIO QUEIROZ-ARRAÇAO
 Acesse em: https://www.tce.pe.gov.br/epq/ajuda/DocseamCodigo.do?documento=3998008-4061-1871-1371-1303000000000000

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Ingressos	0,00	6.910.505,66
Alienação de bens	0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00	6.910.505,66
Desembolsos	9.432.316,06	9.923.853,66
Aquisição de ativo não circulante	9.432.316,06	9.923.853,66
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos (II)	-9.432.316,06	-3.013.348,00

As atividades de investimentos geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ -9.432.316,06.

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Ingressos	0,00	0,00
Operações de crédito	0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos	0,00	0,00
Desembolsos	1.678.634,74	2.327.367,44
Amortização/Refinanciamento da dívida	1.678.634,74	2.327.367,44
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	-1.678.634,74	-2.327.367,44

As atividades de financiamento geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ -1.678.634,74.

f) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

f.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2021	Concluído

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos X e XII da Resolução TCE-PE nº 147, de 01 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: MDLLEHHENRRRREIR DJEORRESIDACANTOS, FABIO QUEIROZ ARAÇAO
 Acesse em: https://tce.tce.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam Código do documento: 399808d8-4064-43f3-8dbd-402a0000204466

Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2021	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2021	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2021	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2021	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos X e XII da Resolução TCE-PE nº 147, de 01 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: MDCLLENHERRERIEIR DE ORRISIDAC SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAÇAO
 Acesse em: https://tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam Código do documento: 39980848-4064-43E7-8dbd-402A0709284866

	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em andamento
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2021	Em andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em andamento
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2021	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2022	Em andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em andamento

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos X e XII da Resolução TCE-PE nº 147, de 01 de dezembro de 2021)

1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído
---	---	-----------------------	----------	-----------

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído

FABIO QUEIROZ Assinado de forma digital por FABIO ARAGAO:02552709419
ARAGAO:02552709419

EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS:83070613420 Assinado de forma digital por EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS:83070613420

FÁBIO QUEIROZ ARAGÃO
 Prefeito

EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS
 Contadora
 CRC-PE Nº 027067/O-9

Documento Assinado Digitalmente por: EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS; FABIO QUEIROZ ARAGAO
 Acesse em: https://tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam Código do documento: 39980868-4064-48E1-8dbd-003000000000